



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4.716, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú para o Exercício Financeiro de 2023.

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú, para o Exercício Financeiro de 2023, em R\$ 1.688.825.636,39 (um bilhão, seiscentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal; e

II - o Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada para o Orçamento de 2023 é de em R\$ 1.688.825.636,39 (um bilhão, seiscentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sendo:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 1.365.938.438,32 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 322.887.198,07 (trezentos e vinte e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e oito reais e sete centavos).

Art. 3º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, receitas patrimoniais, de serviços, demais receitas correntes e receitas de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada por categoria econômica e origem, conforme Anexo I desta Lei, e anexos da Lei Federal nº

4.320/1964, distribuída entre administração direta e indireta conforme a seguir:

I - Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 1.240.563.752,00 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões, quinhentos e sessenta e três mil e setecentos e cinquenta e dois reais);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 61.511.028,00 (sessenta e um milhões, quinhentos e onze mil e cento e vinte e oito reais);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 1.049.100,00 (um milhão, quarenta e nove mil e cem reais);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 377.101,00 (trezentos e setenta e sete mil e cento e um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);
- h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);
- i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 36.402.500,00 (trinta e seis milhões e quatrocentos e dois mil e quinhentos reais); e
- j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

II - Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos: R\$ 223.439.570,07 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 117.258.800,00 (cento e dezessete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 3.247.785,32 (três milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos);
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais); e
- e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 1.690.000,00 (um milhão e seiscentos e noventa mil reais).

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A despesa total fixada para o Orçamento de 2023 é de R\$ 1.688.825.636,39 (um bilhão, seiscentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 1.131.497.638,32 (um bilhão, cento e trinta e um milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos); e

Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa Política de Privacidade.

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 557.327.998,07 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e sete centavos).

Art. 5º A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos I a X que integram e acompanham esta Lei.

Parágrafo único. A despesa será fixada entre as unidades gestoras da administração direta e indireta conforme demonstrado abaixo:

I - Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 921.874.652,00 (novecentos e vinte e um milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e dois reais);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 289.106.828,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, cento e seis mil e oitocentos e vinte e oito reais);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 7.776.100,00 (sete milhões, setecentos e setenta e seis mil e cem reais);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 3.011.101,00 (três milhões, onze mil e cento e um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 518.000,00 (quinhentos e dezoito mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 12.055.000,00 (doze milhões e cinquenta e cinco mil reais);
- h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);
- i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 36.002.500,00 (trinta e seis milhões e dois mil e quinhentos reais);
- j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 3.571.000,00 (três milhões e quinhentos e setenta e um mil reais); e
- k) Câmara Municipal: R\$ 28.456.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil reais).

II - Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ 223.454.570,07 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 102.947.800,00 (cento e dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil e oitocentos reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 9.462.085,32 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos);
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 13.392.000,00 (treze milhões e trezentos e noventa e dois mil reais); e
- e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 27.948.000,00 (vinte e sete milhões e novecentos e quarenta e oito mil reais).

CAPÍTULO III**DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Art. 6º Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, por Decreto emitido pelo Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos" você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)

II - o excesso de arrecadação;

III - a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, desde que não comprometidas;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se, ainda, o valor dos Restos a Pagar cancelados no exercício, observada a Destinação por Fonte de Recurso.

§ 2º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins do inciso II deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, e a apuração do excesso de arrecadação será realizada por fonte de recurso.

§ 3º A abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, será utilizada exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º, com a identificação da fonte de recurso, possibilitando a escrituração individualizada das fontes de recursos, em consonância com o inciso I do artigo 50 da mesma Lei.

§ 4º Excluem-se do limite disposto no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais decorrentes de Leis Municipais específicas, aprovadas no exercício.

§ 5º Os recursos recebidos provenientes de convênios não previstos no Orçamento da Receita, quando estritamente relacionado ao objeto do convênio, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fontes de recurso para abertura de crédito adicional, ainda que o quadro de excesso de arrecadação se apresente aquém do estimado.

§ 6º A anulação total ou parcial de dotações orçamentárias é compatível com o disposto no § 10 do art. 165 da Constituição Federal, a fim de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 8º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos.

Art. 9º A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, poderá ser efetivada no exercício financeiro seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023.

Valorizamos sua privacidade

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivo contingente especificado no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 11. Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

CAPÍTULO IV DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 12. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de créditos.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do município e demais limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, ACORDOS E CONVÊNIOS

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo, termo de parceria ou cooperação, desde que comprovado o interesse público municipal, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

Art. 14. O poder Executivo Municipal poderá firmar, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, convênio com outras esferas de governo, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros a instituições privadas sem fins lucrativos, educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância dos artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. É parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

I - Anexo I - Receita estimada por categoria econômica e origem dos recursos;

II - Anexo II - Classificação da despesa por órgão orçamentário;

Valorizamos sua privacidade

III - Anexo III - Classificação da despesa por função de governo;

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com

nosso [Política de Privacidade](#).

V - Anexo V - Receita de despesa por fonte de recursos;

VI - Anexo VI - Demonstrativo da evolução da receita;

VII - Anexo VII - Demonstrativo da evolução da despesa;

VIII - Anexo VIII - Planilha detalhada da despesa;


IX - Anexos da Lei Federal nº 4.320/1964:

- a) Anexo 1 da Lei 4.320/6464 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- b) Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas;
- c) Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas;
- d) Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Programa de Trabalho;
- e) Anexo 7 da Lei 4.320/64 - Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;
- f) Anexo 8 da Lei 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Funções Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos; e
- g) Anexo 9 da Lei 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Balneário Camboriú (SC), 22 de dezembro de 2022, 173º da Fundação, 58º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

 [Publicação oficial](#)

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 27/12/2022

Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)

